

PMDB decide como votará Constituinte

20 NOV 1985



Reunida das 9 da manhã às 13 horas de ontem, a bancada do PMDB decidiu suprimir do artigo 1º da emenda Valmor Giavarina (PMDB-PR) a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", conferindo a uma comissão competência para elaborar a legislação ordinária.

Na reunião de ontem, a bancada — que também resolveu suprimir algumas expressões para aclarar a anistia, sem extrapolar dos limites estabelecidos em acordo entre as lideranças e os ministros militares — tomou todas as suas decisões por votação comandada pelo líder Pimenta da Veiga, um processo que não se via há muito tempo em partido do governo no Congresso.

AS DECISÕES

O artigo 1º da emenda que convoca a Constituinte estabelece que "os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de janeiro de 1987. "A bancada decidiu suprimir a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", aprovando destaque nesse sentido.

O artigo 3º dispõe que "a Constituição será promulgada no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura, depois de aprovada em dois turnos de discussão e votação, pela maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte". A bancada resolveu suprimir a expressão "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura" (1987) para que a Constituinte tenha a liberdade de fixar seu prazo de duração.

A maioria decidiu rejeitar destaque suprimindo o artigo 5º da emenda, que evitaria o pagamento de atrasados: aos anistiados: "O disposto no caput deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo".

Antes da votação em torno do destaque suprimindo o artigo 5º, o líder Pimenta da Veiga defendeu a sua manutenção classificando a supressão de inoportuna.

Pimenta disse estar certo de que a Assembléia Constituinte, a seu tempo, assegurará aos anistiados o direito a receber os atrasados.

A bancada resolveu, por maioria, rejeitar destaque que suprime a expressão "crimes políticos ou conexos", do parágrafo 1º do artigo 4º, aceitando a tese do líder de que a sua manutenção não beneficia autores do atentado à bomba no Riocentro ou do assassinato do jornalista-agente Alexandre Von Baumgarten, uma vez que a emenda anistia autores de crimes políticos só até 15 de agosto de 1975 e aqueles dois fatos foram posteriores a isso.

Para aclarar a reparação material dos punidos, a maioria da bancada decidiu suprimir a expressão "pelo princípio de antiguidade", no parágrafo 3º do art. 4º, que é o seguinte: "Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, pelo princípio de antiguidade, na reserva ou aposentadoria, ao posto, cargo ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, e obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes".

No item 2 do parágrafo 1º do artigo 5º suprimiu-se a expressão "Secretário de Estado" para obrigar a se afastarem dos cargos todos os secretários de Estados ou municípios, nove meses antes da eleição, desde que candidatos.

NOVA REUNIÃO

No início do encontro de ontem da bancada, o líder Pimenta da Veiga explicou que o seu objetivo era levar a maioria a tomar decisões sobre as emendas convocando a Assembléia Nacional Constituinte e a reforma tributária, deixando-se

as demais matérias que recheiam extensa pauta para serem discutidas numa nova reunião, a ser provavelmente convocada para amanhã.

Durante a reunião, o líder e vários deputados frisaram a importância de a bancada do PMDB adotar uma posição uniforme em relação à votação da emenda Giavarina, convocando a Constituinte, uma bandeira, do partido, para evitar o trabalho obstrucionista do PT e PDT, que assim desejam evitar que o PMDB capitalize os lucros dessa iniciativa junto à opinião pública.

Pimenta informou que na próxima reunião da bancada, ainda amanhã, a maioria também tomará posição, por voto, sobre todas as matérias constantes da pauta: PND, Plano Nacional de Informática, vale-transporte, redução da jornada de trabalho dos economistas para seis horas a partir de 1º de janeiro de 86 e direito à sindicalização dessa categoria, lei dos partidos, extinção da sublegenda e da figura do candidato nato (senadores), redução do prazo de filiação partidária de um ano para seis ou nove meses, pagamento de royalties a Estados e municípios pela exploração de petróleo na plataforma marítima, projeto fixando os limites para subsídios dos vereadores, aumento do funcionalismo, entre outros.

O líder da bancada explicou que existe um projeto do deputado Jorge Medauar (PMDB-BA) extinguindo a sublegenda. Mas, a sua aprovação só se justifica se for extinta a figura do candidato nato, que alguns senadores querem defender. A manutenção do candidato nato cria uma distorção, segundo Pimenta, pois equivale a transformar o mandato de senador em vitalício.

A reunião serviu para mostrar que o líder Pimenta da Veiga conseguiu se reconciliar com a sua bancada, aprendendo a dura lição da última votação, em primeiro turno, da emenda Giavarina, quando 95 deputados do PMDB desrespeitaram frontalmente sua orientação votando a favor de destaque pela emenda Jorge Uequet (PMDB-RS), que tornava a anistia ampla, geral e irrestrita.

CORREIO
BRAZILIENSEANC 88
Pasta Nov/Dez 85
Abril/87
035